



Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão



TJMA
200
A N O S

2 SÉCULOS
FAZENDO
JUSTIÇA



O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão é uma Corte bicentenária.

Desde sua fundação, em 1813, vem modernizando sua estrutura física e ampliando o seu corpo funcional para julgar a crescente demanda judicial.

Hoje, ocupa uma posição favorável no quesito eficiência dentre as cortes de Justiça do país. Conta com um colegiado atuante e possui comarcas em mais da metade dos municípios maranhenses.

Por meio dos projetos especiais, faz-se ainda mais presente no dia a dia da população, promovendo a cidadania na comunidade.

Em dois séculos de história, o Tribunal segue firme no cumprimento do seu papel institucional de promover a paz social, garantindo a Justiça a todo cidadão maranhense.



NOSSA HISTÓRIA

Em 23 de agosto de 1811, uma Resolução de D. João VI criou, em São Luís, a “Relação do Maranhão” - a terceira Corte de Justiça do Brasil. Na época, havia apenas dois colegiados: na Bahia e no Rio de Janeiro.

O Regimento do novo órgão foi instituído em Alvará de 5 de maio de 1812 e, no ano seguinte, em 4 de novembro de 1813, foi oficialmente instalado, na antiga Casa de Câmara e Senado, hoje sede da Prefeitura do Município de São Luís.

A Corte Maranhense jurisdicionava do Estado do Amazonas ao Ceará. Era composta por dez membros com mandato de seis anos e tinha como chanceler Antonio Rodrigues Veloso, seu primeiro presidente. Das decisões da Justiça local, cabia apelo à Casa de Suplicação de Lisboa.

Conforme as Constituições promulgadas, recebeu outros nomes: “Superior Tribunal de Justiça” (1891); “Corte de Apelação” (1934); “Tribunal de Apelação” (1937). E, finalmente, “Tribunal de Justiça do Maranhão” (1947) - nomenclatura atual.

Ao longo de seus 200 anos de história, o Tribunal de Justiça do Maranhão teve outras sedes, até que em 1948 instalou-se definitivamente no Palácio da Justiça “Clóvis Bevilacqua”, na Avenida Pedro II, no centro da capital maranhense.



MISSÃO

“Garantir a justiça, dirimindo conflitos de forma efetiva e acessível à sociedade, contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.”

VISÃO

“Ser reconhecido como uma instituição ágil e efetiva na solução dos conflitos em sociedade, conjugando tratamento humanizado com práticas modernas de gestão e uso eficaz da tecnologia.”

VALORES

Ética - Agir com honestidade e integridade em todas as suas ações e relações.

Transparência - Praticar atos com visibilidade plena no desempenho de suas atribuições.

Excelência dos serviços - Materialização de todo o esforço da organização para o atendimento das necessidades de todos os interessados.

Valorização das pessoas - Dar autonomia para atingir metas, criar oportunidades de aprendizado, de desenvolvimento das potencialidades e de reconhecimento pelo bom desempenho.

Justiça - Manter a ordem social por meio da preservação dos direitos em sua forma legal.

Comprometimento - Atuar com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades.



PALÁCIO DA JUSTIÇA

O Palácio “Clóvis Beviláqua” é o prédio-sede do Tribunal de Justiça do Maranhão. Fica localizado na Praça Pedro II, Centro, onde também se encontram o Palácio dos Leões, residência oficial do governador, e a Prefeitura Municipal.

O prédio, de fachada neoclássica, foi inaugurado em 1948, pelo então presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, e compõe o conjunto arquitetônico tombado pelo Patrimônio Federal.

O nome do edifício homenageia o jurista, legislador e filósofo cearense Clóvis Beviláqua, autor do primeiro anteprojeto do Código Civil brasileiro.

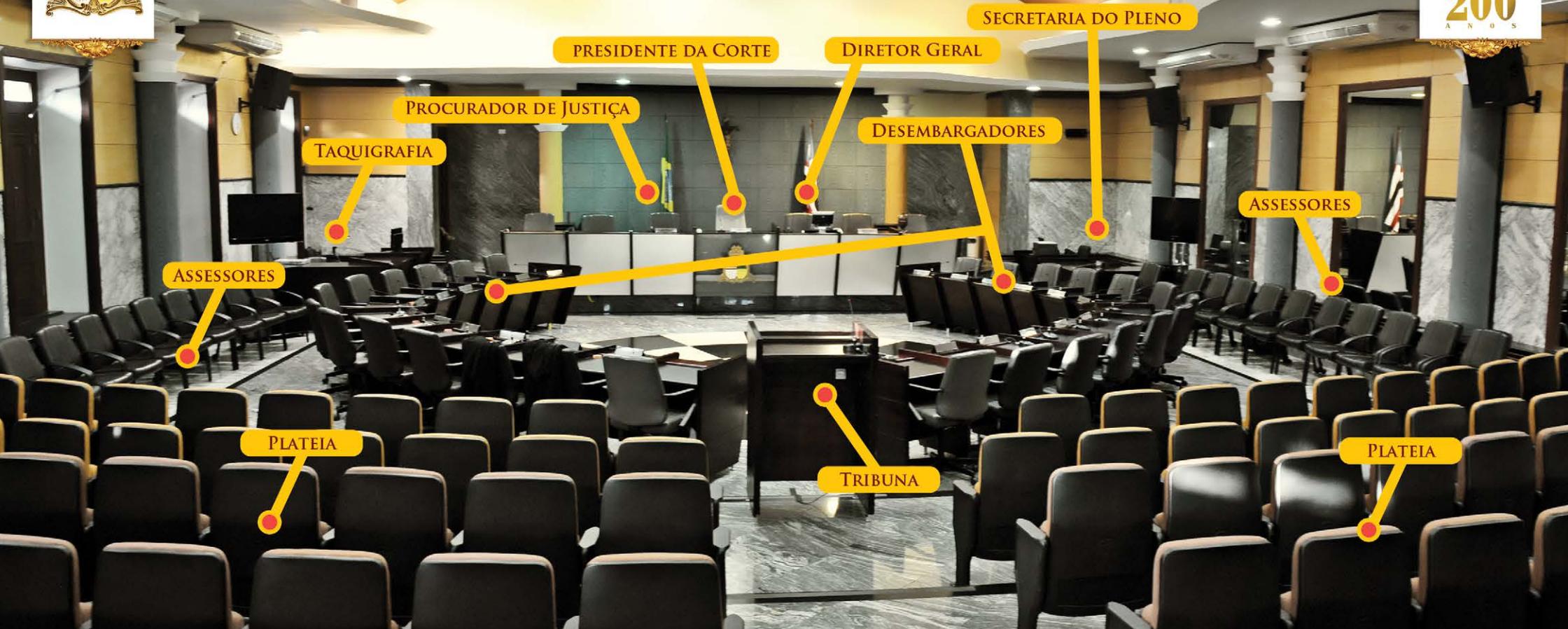




GALERIA DE EX-PRESIDENTES

A galeria, situada à entrada do Salão Nobre, reúne fotos dos ex-presidentes, desde o primeiro chanceler do Tribunal da Relação, Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira (1813-1817). É ladeada pelas estantes que abrigam o acervo de obras jurídicas raras, que pertenceram ao Superior Tribunal de Justiça - antiga denominação do TJMA.





SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS

As sessões jurisdicionais e administrativas do Colegiado de Desembargadores acontecem, alternadamente, na Sala das Sessões Plenárias, às quartas-feiras.

Os assentos da Mesa Diretora são reservados ao presidente da Corte, ao centro; ao procurador de Justiça, à sua direita; ao diretor geral, à esquerda. Os desembargadores ocupam, conforme a ordem de antiguidade, as bancadas em forma de meia-lua.

Representantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Defensoria Pública, partes processuais e o público em geral acompanham os julgamentos da plateia.



PRESIDÊNCIA

O gabinete do presidente está instalado no último andar do prédio-sede. Nesta ampla sala, em três ambientes, o chefe do Judiciário cumpre sua agenda de compromissos, preside atos, recebe autoridades, administra e dirige os trabalhos da Corte.

GABINETES

As alas dos anexos concentram os gabinetes dos desembargadores, distribuídos em três pavimentos interligados ao Plenário por uma passarela.





SALÃO NOBRE

O Salão Nobre, situado no segundo pavimento do prédio-sede, é utilizado pela Presidência do Tribunal como espaço para solenidades, eventos culturais e confraternizações.

É ambientado com mobília e obras de arte antigas, a exemplo da tela com o primeiro presidente da Corte - Desembargador Antonio Rodrigues Veloso - que data da época de fundação do Tribunal.





BIBLIOTECA

Situada no térreo, a Biblioteca disponibiliza aos públicos interno e externo o acesso a publicações jurídicas de autores nacionais e maranhenses.

Também reúne o acervo de obras raras do Poder Judiciário, a exemplo do Código Filipino, compilação jurídica vigente durante o período colonial brasileiro.





AUDITÓRIO

Neste espaço climatizado e situado no anexo do Tribunal, com capacidade para duzentas pessoas, acontecem solenidades, celebrações religiosas, ações de treinamento e eventos comemorativos.





CÂMARAS CÍVEIS E CRIMINAIS

O Tribunal também atua de forma fracionada, por meio das Câmaras, que funcionam diariamente, seguindo uma escala de sessões, processando e julgando causas de natureza cível e criminal, conforme sua competência.

São oito Câmaras Isoladas, sendo três criminais e cinco cíveis, com três desembargadores cada uma, e duas Câmaras Reunidas - cíveis e criminais, compostas pelos membros das Câmaras Isoladas.





CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

A Corregedoria é o órgão de fiscalização e disciplina do Judiciário. Além da atribuição de supervisionar os serviços judiciários de primeira instância, zela pelo bom funcionamento e aperfeiçoamento da Justiça.

O cargo de corregedor-geral da Justiça é exercido por um desembargador, com o auxílio de juízes corregedores.

A Corregedoria funciona em sede própria, próxima ao Tribunal.





SAIBA MAIS SOBRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA

NA INTERNET

- Portal: www.tjma.jus.br
- Facebook: TJ_MA
- Twitter: @TJ_MA

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

- Ouvidoria e Telejudiciário: 0800 7071581 (de 2ª a 6ª, das 8h às 18h).

NOSSO ENDEREÇO

Praça Pedro II, s/n, Centro. CEP: 65.010-905
São Luís – MA
CNPJ: 05.288.790/0001-76

NOSSO CONTATO

E-mail: faleconosco@tjma.jus.br
Telefone: (098) 3198 4300



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça